

DOSSIÊ: CARTOGRAFIA DAS MEMÓRIAS EM DISPUTA:
MANIFESTAÇÕES/INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO PÚBLICO

A prosa em 3^a pessoa dos intelectuais presos, torturados, exilados

The 3rd person prose of imprisoned, tortured, exiled intellectuals

Rogério Mattos*

Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.

RESUMO: A vaga memorialística e de revisão historiográfica da década passada, que teve como um dos centros a Comissão Nacional da Verdade, seguiu, em linhas gerais, a sede intelectual por fontes de memória, traço característico das inquietações nacionais e da busca por reparação histórica desde o pós-Segunda Guerra. Beatriz Sarlo aponta que prisioneiros políticos da época das ditaduras no Cone Sul também se exprimiam em 3^a pessoa, prescindindo assim da autoridade que a prosa testemunhal passou a ter. Mais ainda, ao não colocar o relato não pessoal como a referência para a elaboração e fixação de memórias, os estudos de intelectuais perseguidos por governos de exceção ajudam a esclarecer a dinâmica da vida que tiveram, seus traços biográficos, apesar de não se referirem a si próprios nestes lugares. Resgatar a vida e o posicionamento político e intelectual de um personagem brasileiro como Ruy Mauro Marini se vincula a um trabalho de memória e a uma revisão historiográfica, em nítida contraposição aos vencedores da história, ou seja, o CEBRAP de Fernando Henrique Cardoso.

PALAVRAS-CHAVE: história; memória; testemunho; ditadura; revisionismo.

*E-mail: rogeriomattos@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6078-5247>

ABSTRACT: *The wave of memoirs and historiographical revision of the past decade, which had the National Truth Commission as one of its centers, followed, in general terms, the intellectual thirst for memory sources, a characteristic feature of national concerns and the search for historical reparation since the post-World War II period. Beatriz Sarlo points out that political prisoners at the time of dictatorships in South America also expressed themselves in the 3rd person, thus dispensing with the authority that testimonial prose came to have. Even more, by not placing the non-personal account as the reference for the elaboration and fixation of memories, the studies of intellectuals persecuted by exceptional governments help to clarify the dynamics of the life they had, their biographical traits, despite not referring to themselves in these places. Rescuing the life and political and intellectual positioning of a Brazilian character like Ruy Mauro Marini is linked to a work of memory and a historiographical review, in clear contrast to the winners of history, that is, CEBRAP by Fernando Henrique Cardoso and, not least important, Roberto Schwarz.*

KEYWORDS: *history; memory; testimony; dictatorship; revisionism.*

Em *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, Beatriz Sarlo se refere ao que considera dois textos raros (*La bamba*, de Emilio Ípola, e *Poder y desaparición en Argentina*, de Pilar Calveiro) por não se apoiarem no pedido de verdade do testemunho, nem se tratar de autores que se referem às dolorosas condições de sofrimento que passaram para justificar a escrita como tipo de reparação e compensação. “Como se pudessem pôr provisoriamente em suspenso o fato de terem sido vítimas em termos diretos e pessoais da repressão, ambos escrevem com conhecimento disciplinar, tentando se ater às condições metodológicas desse saber” (Sarlo, 2007, p. 70). Emilio Ípola ficou preso por quase dois anos e seu impulso foi provar que continuava a ser um cientista social. Em seu trabalho não aparece o discurso em primeira pessoa, o eu da testemunha, tampouco sua autoridade. Talvez nele pode ser visto uma autoridade implícita, isto é, a de alguém que esteve na prisão durante a ditadura, mas que estuda “la bamba” (os rumores carcerários, palavra que tem origem nas *radiobembas*, nos boatos que circulavam de boca em boca durante a Revolução Cubana) amparado em teorias e onde a experiência prisional aparece como objeto de estudo. Ele analisa sua experiência como se fosse a experiência de terceiros, “colocando-se no extremo oposto do testemunho, embora sua matéria-prima seja testemunhal” (Sarlo, 2007, p. 74). No máximo, põe em notas de rodapé comentários pessoais nos quais se vê livre para “testemunhar”. Ao contrário da mídia, que tem sempre que criar fatos novos para continuar a provocar atenção, a *bamba* gira em torno dos mesmos temas (liberdades, indultos e transferências); ao contrário do circuito comunicativo, que nos permite guardar informações e formar uma memória, a *bamba* só existe dentro dela mesma: morto o boato ou confirmada as suspeitas, ela não tem mais razão de existir; mais ainda, a *bamba* é refratária à circulação em massa, porque é transmitida de boca em boca entre pessoas muito conhecidas; por isso seu fenômeno social é o rumor. Como a característica particular do estudo é não poder ser “recuperado pelo movimento de rememoração que coloca no centro a subjetividade confrontada com o terrorismo de Estado. O ensaio quer ser algo mais e algo mesmo que isso. Por excesso ou falta, ficou invisível” (Sarlo, 2007, p. 80).

Pilar Calveiro, ex-militante montonera, “se propôs a ser uma cientista social que *também* foi uma desaparecida; por isso, transformou-se no que não era antes de sofrer repressão e tornou-se cientista social *porque* foi desaparecida” (Sarlo, 2007, p. 84). Ela parte de uma orientação original que enxerga como exceção e não como a regra do Regime Militar. Este constrói estranhas formas de visibilidade: o centro de assassinato e tortura da Aeronáutica funcionava num hospital, enquanto delegacias movimentadas onde se podia ver entradas e saídas contínuas de pessoas espalhavam um terror difuso. Os

centros de morte poderiam estar em qualquer lugar, estariam em todos os lugares... Pelo menos essa era a lógica da sensação do período. O objeto da perseguição eram os militantes políticos, mas se fazia o mesmo com seus parentes, vizinhos e eventuais testemunhas. Essa política, entretanto, “fortalecia a ideia de que ‘qualquer um podia cair’, e assim consolidava o regime de terror” (Sarlo, 2007, p. 82). Se a *bemba* forma um enunciado coletivo em estado de rumor e seu conteúdo específico é sabido apenas pelos íntimos, a repressão diz o tempo todo “tortura, desaparecimento e morte” das mais variadas maneiras, de forma difusa nas notícias, nos bate-papos e nos prédios públicos.

Poderia ser estudado como que o regime de signos do aparelho estatal controlado pelos militares já usa recursos similares ao da mídia no pós-Ditadura, difundindo terror e pânico numa espiral que cria uma gigantesca memória coletiva que serve de baliza para métodos de convencimento de que este ou aquele rumo que o país está tomando está ou não correto. Por outro lado, a *bemba* remete ao discurso revolucionário por excelência, sempre em mutação de acordo com as circunstâncias, geralmente circulando em circuitos fechados e que, enquanto enunciado coletivo, sempre aparece na forma de rumor. Permitir questionamentos como esses ou outros pode ser uma das vantagens da “leitura livre” do livro da ex-montonera, como diz Beatriz Sarlo, já que “Calveiro não se apresenta como prova do que foi dito, embora se saiba que sua vida é parte dessa prova” (Sarlo, 2007, p. 83). Sem o peso e a autoridade do discurso em primeira pessoa, ao invés do engessamento do trabalho acadêmico tradicional, novas propostas podem ser entrevistas. Mas eu queria destacar um trecho do livro de Beatriz Sarlo, quando ela ainda fala de Pilar Calveiro, de que esta se expressa como cidadã e não só como ex-militante presa e torturada, que parte de um direito universal e não de uma circunstância terrível e excepcional. Sarlo dá alguns exemplos:

Calveiro afirma que os desaparecedores se imaginam deuses, com poder absoluto de vida e morte. Essa consciência onipotente dos que detinham o poder de decisão nesse âmbito explica a cólera que sentiam diante do suicídio ou da tentativa de suicídio de um preso, que, por esse caminho definitivo, tentava escapar à lógica total em que fora incluído. Ao apresentar hipóteses, Calveiro não menciona sua própria tentativa de fuga, que foi interpretada como suicídio e despertou uma série feroz de represálias. É isso que ela diz a Juan Gelman numa reportagem, quando se coloca no lugar de quem dá um testemunho, o qual não ocupa em seu próprio livro: “Pulo pela janela do primeiro andar da Mansão Será porque para mim é claro que, à medida que o tempo passar, estarei em condições físicas cada vez piores, perderei iniciativa. Então penso que devo reagir, já. Eu tinha visto que a janela do banheiro não estava trancada. Peço que me levem lá e, como estava amamentando minha filha menor, de quarenta dias, me davam mais tempo para que eu pudesse tirar o leite. Entro no banheiro, abro a janela e pulo. De pé. Eu me aventurava a duas coisas: a primeira, e fundamental, tentar fugir e perder-me na Rivadavia [...] A segunda: se houvesse guardas lá fora eles poderiam me matar e assim acabava a história [...] Eles ouvem o barulho de minha queda, me levantam e levam para cima, literalmente aos pontapés”. O livro silencia esse fato, suas circunstâncias e consequências; nós, leitores, ficamos sabendo isso depois, em reportagens publicadas quando sai a edição argentina da tese mexicana. (Sarlo, 2007, p. 83-84).

Curioso Beatriz Sarlo não contar a sorte da filha de Pilar nessa história. Com certeza está omitida no livro, mas estaria na entrevista? Não parece que o salto arriscado aconteceu com a filha no colo. Caso tenha acontecido traria o risco do suicídio e do homicídio da criança. Caso contrário, sua filha ficaria com quem? Estaria à disposição dos agentes de Estado? Existiria alguma norma interna na prisão que, caso o bebê ficasse abandonado (e poderia ocorrer em decorrência da morte da mãe após uma sessão de tortura), ele poderia ser cuidado por alguém mais próxima, como sua amiga Lila Pastoriza? Infelizmente

têm de ser deixadas de lado questões que não podem ser respondidas por quem não conhece a história com mais detalhes. O importante nesse caso, o da autora que escreveu em terceira pessoa apesar de ser vítima da Ditadura, é enxergar com certa facilidade um caso amplamente difundido no Brasil, porém sob o signo do rumor. Fernando Correa Prado (2011) conta uma história que vem sendo narrada nos últimos anos no Brasil, com entrada acadêmica cada vez maior, mas que ainda parece um relato passado “de boca em boca”. Em *História de um não-debate: a trajetória da teoria da dependência no Brasil*, o economista narra a passagem do debate intelectual sobre o desenvolvimento, predominante na década de 1950, para o da dependência, que começa a se estabelecer na década seguinte, período rico por viver sob o recente impacto da Revolução Cubana, a ascensão da luta de massas no Brasil e a atuação plena do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Com o Golpe em 1964, forma-se uma rede de intelectuais no exílio entre Argentina, México, Uruguai e principalmente o Chile (que logo veria Salvador Allende chegar ao poder). Ali estava sediado tanto a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) quanto o CESO¹ (Centro de Estudios Socioeconómicos), “dois núcleos importantes de análises sobre o subdesenvolvimento e a dependência; tudo isso numa América Latina que também foi protagonista das lutas travadas mundialmente em 1968” (Prado, 2011, p. 69). A América de língua espanhola foi palco de um imenso debate sobre as contradições e as características do capitalismo de condição periférica e dependente, menos no Brasil, onde o debate se tornou veículo do pensamento único, do CEBRAP e da Fundação Ford, sem jamais ser incomodado pela Ditadura.

Salvo exceções que confirmam a regra, até poucos anos atrás era precisamente através das mãos de Fernando Henrique Cardoso que se podia “conhecer acadêmica e politicamente os estudos sobre a dependência na América Latina. Vários artigos de Cardoso, em geral publicados com o apoio institucional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e republicados em livros que tiveram várias edições em plena ditadura militar, trataram de oferecer um panorama do “estado dos estudos sobre a dependência”, de modo que o debate sobre a dependência foi sendo sistematicamente pautado pelos seus escritos. Nas décadas de 1970 e 1980, enquanto vários livros de Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini eram proibidos pela censura, as ideias de Cardoso circulavam livremente pelo Brasil. (Prado, 2011, p. 71).

Sintoma do pensamento único, a resposta de Marini a FHC e a José Serra só foi publicada no ano 2000. Houve um desvio que dificilmente pode ser acreditado como fruto do acaso e que, pela absoluta falta de contraponto, no mínimo, ajudou a consagrar o CEBRAP como um *think tank* tupiniquim que “deu certo”. Pessoalmente, creio que a polêmica tem repercussões maiores. Em tese publicada na área de ciência política da USP, Leonardo Octavio Berlinelli de Brito (2019) expõe paralelismos e convergências entre a elaboração intelectual de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. Menos do que limitado a uma elaboração de um “marxismo brasileiro” a partir dos seminários sobre Marx ou um referencial teórico que uniria os dois, Lukács e seu conceito de reificação, poderia ser investigado (o que nem de longe é feito na tese, que mais parece um panegírico aos dois autores) como o sucesso intelectual e político do príncipe da Sorbonne, especialmente depois do fim da União Soviética, é fruto do silenciamento da oposição com ajuda financeira estrangeira e incentivo militar, junto a todo o aparato de contrainsurgência montado pelo regime. Mais ainda, a polêmica frase de Roberto Schwarz em plena década de 1970 e ainda no rescaldo do “milagre econômico”, a de que existia relativa hegemonia do pensamento de esquerda apesar do governo de direita (Motta, 2014), não pode ser pensado fora dessa conjuntura de elaboração intelectual a partir do CEBRAP...

Menos polêmico que o artigo de Prado, o livro da professora da UFRGS (fruto também de tese de doutorado) Claudia Wasserman, *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao*

neoliberalismo, não é apenas um trabalho de reconstituição histórica do pensamento de intelectuais críticos à esquerda da hegemonia cepalina e que tiveram um embate duro com os então autodeclarados marxistas paulistas a respeito da chamada teoria da dependência. O livro mistura a reconstituição biográfica de cada um desses personagens, os debates intelectuais dos quais participaram ao lado de uma rigorosa história do pensamento econômico, o sentimento de companheirismo e de luta em comum expresso nas cartas que trocaram e, talvez o mais impressionante, a partir de uma fonte primária única, seus memoriais acadêmicos – é o meio no qual ela encontra as únicas fontes primárias, textos em primeira pessoa, capazes de dizer algo por fora da abundante produção teórica do grupo. A *Dialética da dependência*, de Marini, se encontra na mesma linha de produções vista por Beatriz Sarlo sobre intelectuais que sofreram a prisão, tortura e o exílio durante a Ditadura, mas que optaram por textos teóricos ou em terceira pessoa ao invés de se exprimirem através de textos que a crítica veria como testemunhais. “O intelectual engajado e comprometido com a revolução dos anos 1960-1970 perdeu espaço, foi obrigado a revisar sua concepção de mundo (...) O processo de recolocação de intelectuais e artistas nessa nova realidade esteve influenciado, portanto, por novos valores, hierarquias e necessidades.” (Wasserman, 2017, p. 156). Os memoriais acadêmicos serviram, portanto, para contar o percurso desses intelectuais, num esforço de adequar suas décadas de militância no estrangeiro com as novas necessidades do país. Quem acompanhou Theotônio e Bambirra, com frequentes intervenções públicas até poucos anos atrás (Ruy Mauro faleceu em 1997),² dificilmente endossaria a ideia de que o engajamento e comprometimento desses intelectuais foi “revisado” ou se adequou de forma a lhes retirar a radicalidade. Até pela via institucional, geralmente ligados, ainda, a Darcy Ribeiro e ao PDT, seguiram o caminho que os levou, antes do exílio, à UnB. O que houve foi uma mudança no discurso porque a conjuntura era bem diferente, mas se engana quem, ao ler o trabalho de Cláudia Wasserman, pensa que eles ficaram mais “mansos”.³ Algo que pode ser deduzido por alguns leitores, até em razão da autora elidir com relativa facilidade, ao optar por algumas exposições sobre divergências teóricas, as inúmeras querelas que marcaram a militância dos intelectuais exilados daqueles que continuaram em paz a produzir durante a Ditadura brasileira...

La bamba, no caso de Marini, está atrelada mais ao rumor revolucionário do que ao carcerário, mais a Cuba do que ao cenário das prisões argentinas descrito por Emilio Ípola. Preso já em 1964 (logo depois ingressaria no primeiro de seus três exílios) por fazer parte do “grupo de Brasília”, grupo de esquerda radical formado ao redor da UnB e com ramificações na Polop, Ruy Mauro Marini virou uma lenda dentro de seu país, enquanto seus escritos passavam de mão em mão através de ampla difusão clandestina que ligava os exilados no México com os opositores do Regime Militar no Brasil. Como narra em seu memorial:

Uma pequena anedota revela como eu me tornara conhecido dos jovens militantes de esquerda e, ao mesmo tempo, a visão distante que eles tinham de mim. O grupo⁴, ao chegar ao aeroporto do México, foi cercado por um forte dispositivo de segurança e não pude trocar mais que algumas palavras com Vladimir, aproveitando para dizer que eu passaria mais tarde no hotel. Quando ele comunicou isso aos seus companheiros, Ricardo Villas, pouco mais que um garoto, caiu dos céus:

— “Mas o Ruy Mauro Marini, existe, mesmo?” – indagou, incrédulo, ante a inesperada materialização do que não fora, até então, mais do que um rótulo de textos de formação política. (Marini, 2005, p. 80-81).

Mas quem foi Ruy Mauro Marini antes de se transformar em rumor? Nascido em 1932, neto de imigrantes italianos (o pai chegou ao Brasil ainda na barriga da mãe) e de uma filha de latifundiários

mineiros que foram à bancarrota com o fim da escravidão, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Brasileira de Administração pública (Ebab). Conseguiu assim o cargo de professor assistente de Guerreiro Ramos no curso de sociologia na Escola de Serviço Público do Dasp, onde conseguiu se aprofundar de forma séria no que lhe interessava, o estudo das ciências sociais. Com a ajuda de Guerreiro Ramos, obteve bolsa de estudos na França e completou sua formação, mas antes teve a oportunidade de estudar o Brasil *in loco* através de uma pesquisa de interesse da Petrobrás no Norte e Nordeste do país. Na França, que vivia a derrota na Indochina e a radicalização da guerra da Argélia, teve acesso às teorias do desenvolvimento debatidas na Europa e nos Estados Unidos, que para ele se revelaram como “realmente eram: instrumentos de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização” (Marini, 2005, p. 62-63). Filiou-se, assim, à esquerda revolucionária no Brasil, que mais tarde fundaria a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop). Para Marini, esse setor não se formou por “efeito da Revolução Cubana, mas [foi] parte do mesmo processo que deu origem a ela – independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 1960” (Marini, 2005, p. 63).

Em meados de 1960 voltou ao Brasil e começou a participar como jornalista em dois periódicos, *Prensa Latina* e *O Metropolitano*. Assunto prescrito nos grandes meios de comunicação e da mídia em geral, Marini fez reportagem sobre a “luta surda” entre o PCB e as Ligas Camponesas, o que, segundo ele, “favoreceu o desenvolvimento da luta ideológica e política então em curso, ao torná-la explícita” (Marini, 2005, p. 64). Com a criação da UnB em 1962, trabalhou como auxiliar de ensino e, no ano seguinte, como professor assistente. Diz ter sido ali, em 1963, em meio à efervescência política e intelectual da universidade,⁵ que Andre Gunder Frank absorveu os debates da esquerda revolucionária brasileira e pode amadurecer as ideias que apresentaria de forma provocativa em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (de 1967), livro-marco do que se chamaria “teoria da dependência”. Esta é a que acaba por dar consistência e servir de norte ao que Marini chama de “nova esquerda” ou “esquerda revolucionária”. A teoria e seus intelectuais e militantes se afastaram da Cepal em razão dos integrantes desta acreditarem numa revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, nos marcos da Terceira Internacional. Marini e seus colegas rechaçavam o problema das raízes feudais na agricultura brasileira, e aliavam a luta anti-imperialista ao socialismo. Isso quer dizer que miravam mais no modelo soviético e cubano do que no nacional-desenvolvimentismo herdeiro dos governos Vargas e de Juscelino Kubitschek (fora as críticas ao bonapartismo de Goulart...). Assim, não é surpreendente ouvi-lo dizer que seria um erro que sua vertente de combate não ficou restrita à universidade, como pode talvez parecer para quem o lê hoje, visto que seus leitores saem predominantemente dos meios universitários. Outra era a situação nos Anos de Chumbo: “a nova esquerda vinculou-se ao sindicalismo militar então ascendente, principalmente ao movimento dos sargentos, e ao próprio movimento operário que se constituía na capital, a ponto de, no I Congresso Sindical de Brasília, em 1963, estar em condições de ‘bater chapa’ com o PCB, perdendo por escassa margem” (Marini, 2005, p. 67). E coerente com os pressupostos do grupo a filiação ao sindicalismo. Em suma, o livro de Vânia Bambirra, *A revolução cubana – uma reinterpretação*, ao contornar a teoria vigente do foquismo como tática revolucionária, mostra, através do exemplo cubano, a necessidade do apoio das classes urbanas para que a guerrilha desse certo (do apoio ideológico, ao material e logístico). Caso se pense em tática de luta armada no Brasil, o sindicalismo seria a contraface necessária para que a derrubada do Regime Militar fosse exitosa. Também há coerência com a percepção do grupo da capitulação da burguesia interna, isto é, seu compromisso com o capital estrangeiro. Não poderia ser diferente na época, tendo em vista que, após Juscelino, o dólar entra com força no país e o BNDES atua muito pouco ou tem papel quase reativo, como mostrou estudo recente de Lea Vidigal, *BNDES: um estudo*

de direito econômico. Fora isso, uma das batalhas do governo JK foi pela extinção da dívida e da ingerência do FMI no país. O capital estrangeiro passou a entrar através de máquinas e equipamentos, e foi responsável pela criação de nossa indústria de autopeças e que, por diversos motivos, incluindo o golpe de Estado, foram criadas as condições, mas não nos foi permitido ingressar em um dos setores avançados da modernidade daquela época, isto é, na fabricação de automóveis nacionais. Conclusão duplamente curiosa: é do “capitalismo” de Juscelino que nasce os movimentos operários que iriam recuperar a luta política contra a Ditadura após a falência da luta armada; contra o partido nascido desse movimento é que o grupo de Brasília irá se afastar, por razões complexas, se filiando ao antigo trabalhismo através das figuras de Brizola e Darcy.

Marini se exila no México, onde o recebeu o reduzido grupo de exilados que viviam no país, cerca de 20 pessoas. Inicia seu trabalho por lá colaborando para uma revista prestigiosa, *Foro Internacional*. Seu artigo “Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo” demonstrava as raízes econômicas do golpe de Estado, com decisivo papel do capital transnacional, para além da tese corrente do “fascismo militar” ou do golpe como mera quartelada, texto baseado na última reunião que Marini participou, em março de 1965, do Comitê Central da Polop. O livro de Dreyfus, *1964: a conquista do Estado*, é um dos textos canônicos que citam explicitamente Marini e consideram o papel da intervenção estrangeira (política, econômica, cultural e até logística), assunto tabu na época. O fato é que o artigo deu prestígio e motivou o autor durante seu exílio. Logo depois ele foi incluído no corpo editorial da revista, até sua saída do país em 1969. Mais ainda:

o razoável prestígio que eu me granjeara no Colégio [do México], somado ao fato de ser brasileiro e ter, portanto, certa noção do que ocorria no Cone Sul, levou a direção do CEI [Centro de Estudos Internacionais] a fazer com que eu fosse investido na condição de latino-americanista e a solicitar minha colaboração para a solução do problema. (Marini, 2005, p. 73).

O México era quase nulo nos estudos latino-americanos e foi essa lacuna que Ruy Mauro foi sanar. Antes de assumir o cargo importante, ele ainda publicou outros artigos com ampla difusão. Em “*Brazilian interdependence and imperialist integration*” apontou para o fenômeno da diferenciação interna da burguesia, que depois iria gerar repercussão nos trabalhos de Theotônio dos Santos, *O novo caráter da dependência* (1966), e no livro de Cardoso e Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967). Esboçou pela primeira vez seu conceito de subimperialismo, retomado posteriormente e que mais tarde geraria reação feroz de Fernando Henrique Cardoso e José Serra no artigo, que jamais Marini obteve direito de resposta, chamado “As desventuras da dialética da dependência”, de 1976.

Em 1968 assumiu a cátedra do curso de História do Brasil e seus Antecedentes Portugueses no Colégio do México, devido ao conjunto de sua atuação no país que passou, em 1967, ainda como latino-americanista, pela criação de um seminário sobre América Latina, “iniciativa pioneira no México e, até onde sei, na América Latina, se destacamos as que correspondiam a organismos internacionais, de cunho mais especializado” (Marini, 2005, p. 75). Pode discutir com a teoria de Celso Furtado a noção de “pastorização” da economia brasileira, do retrocesso a um estágio meramente agrícola. Sua posição, divergente, compreendia que a esta se fazia através do avanço técnico e industrial dos países do Atlântico norte, ou seja, não era um mero regresso para a época da República Velha, mas ainda mais, a partir do núcleo duro de suas investigações sobre o Brasil, no seu entendimento “a ditadura no Brasil correspondia à dominação do grande capital nacional e estrangeiro [a “diferenciação interna da burguesia” acima citada] e impulsionava a economia do país a uma etapa superior do seu desenvolvimento capitalista” (Marini, 2005, p. 75), isto é, lançava as bases para o subimperialismo brasileiro ou da indústria avançada no país sob bases muito específicas. No mais, o “desenvolvimento capitalista” contra a “pastorização” levava à tese já exposta em Gunder Frank, do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ocupando a

cátedra no Colégio do México e influente nos periódicos especializados, Marini, em 1968, passou a colaborar com o jornal *El Día*. Em maio, entusiasmado com a efervescência juvenil no Brasil, escreveu um artigo de página inteira com a análise dos movimentos estudantis. “Por razões nunca aclaradas, ele foi publicado em agosto, pouco depois da eclosão do movimento estudantil-popular, que, em julho, sacudiu o *establishment* mexicano até seus alicerces e se constituiu em um dos mais importantes pontos de ruptura da história do país” (Marini, 2005, p. 78-79). Um mês antes, em junho, ocorreu no Brasil a Marcha dos Cem Mil... Por seu posicionamento político, sua prática docente, somado a uma conferência pública no Colégio do México sobre a questão estudantil latino-americana, o ambiente se tornou pesado para Marini, que teve sua casa vigiada, telefonemas monitorados e tratamento hostil por parte da Secretaría de Gobernación, responsável pelos exilados no país. Após o massacre de Tlatelolco, em outubro, o clima ficou ainda mais tenso, irrespirável.

Optei então por me entrevistar com a mais alta autoridade na matéria, o subsecretário de Gobernación. Fria e polidamente, este me deu a versão oficial do que se passava: os bons “muchachos” mexicanos haviam sido envenenados por agitadores estrangeiros e se haviam voltado contra seu próprio país: no entender do governo, eu era um dos principais responsáveis pelo que ocorrera. Pareceu-me inútil argumentar e me limitei a indagar se isso significava que o governo queria que eu fosse embora.

— O senhor está sob proteção do governo do México, que veria, porém, a sua partida como um gesto de colaboração para que as coisas se normalizem – respondeu-me ele, com inalterável polidez.

— Muito bem. De que prazo eu disponho? – perguntei.

— Como, prazo? O senhor tomou a decisão; ninguém o está expulsando – foi a resposta. (Marini, 2005, p. 79).

Logo após a conversa, a censura e vigilância acabaram. Marini diminuiu ao máximo suas atividades políticas e acadêmicas. Decidiu emigrar para a Argélia, tentativa frustrada porque a Gobernación tinha acordo com o governo brasileiro que impedia seu deslocamento para centro de reunião de exilados, como também a França, Uruguai e Chile. Ele chegou a um acordo com o governo mexicano através do qual o Estado não se responsabilizaria pelos seus atos enquanto renunciasse o asilo. O acordo verbal lhe permitiu estreitar relações com os exilados brasileiros no México. Foi nesse momento que ocorreu o episódio narrado por ele, na citação acima, uma anedota em que Ricardo Villas parecia não acreditar que o “tal do Ruy Mauro” realmente existia. Ocasão em que discuti os problemas da esquerda brasileira,

descobrimo, também, que meus ensaios sobre o Brasil haviam tido no país uma ampla difusão clandestina, inclusive com uma consolidação mimeografada, publicada pela União Metropolitana de Estudantes do Rio, sob o título *Perspectivas da situação econômica brasileira*, do qual só muitos anos depois me chegou às mãos um exemplar. (Marini, 2005, p. 80).

Continuou dentro de limites outros o máximo de atuação possível, até a publicação de seu primeiro livro, *Subdesarrollo y revolución*. “Problemas, é certo, o livro criou, mas em países como o Brasil e Argentina, que apreenderam e destruíram remessas inteiras dele. Na maior parte da América Latina, porém, e no México em particular, ele foi um sucesso, que logo chegou à Europa” (Marini, 2005, p. 83). Em 1972 saiu a edição francesa e em 1974 a italiana. Assinou um contrato com a *Penguin Books*, o qual não teve prosseguimento (segundo ele, por causa ignoradas), e assim fechou “com chave de ouro”, como diz, seu primeiro exílio. Com a vitória eleitoral de Luís Echeverría para a Gobernación (pessoa

que, como secretário desse órgão, comandou a repressão estudantil ou o massacre da Plaza de las Tres Culturas), e a negação da França de deixá-lo entrar em seu território sem documentação (negada pelo governo mexicano e pelo brasileiro), a renúncia à tutela mexicana ao seu asilo o levou ao Chile, que vivia para ele um momento político mais do que favorável, mas, devido a medidas restritivas similares a francesa, precisou da ajuda de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, além da intervenção do senador Salvador Allende e da Universidade Concepción e sua Federação de Estudantes. Embarcou em novembro de 1969 já com a indicação de vaga no Instituto Central de Sociologia. Apesar do interesse do Cesó (Centro de Estudos Sócio-Econômicos) e de um convite do Instituto de Administração (Insora), Ruy Mauro se decidiu pela cidade de Concepción ao invés de Santiago, que lhe atraía muito mais, acostumado com as grandes cidades e seduzido pela imensa quantidade de amigos que viviam na capital. Ainda assim, em reconhecimento à solicitude da Federação de Estudantes, foi para Concepción disposto a permanecer por lá por pelo menos um ano. E qual a surpresa:

Se o nível de politização era alto em Santiago, adquiria ali conotações explosivas. Uma das principais cidades do país, de antiga tradição industrial e intimamente ligada aos centros mineiros de Lota e Coronel, berço do Partido Comunista, Concepción dera origem, em 1965, a uma nova força de esquerda, o MIR – desprendimento da Juventude Socialista, com participação destacada de uma corrente intelectual trotskista – liderado por uma plêiade de jovens brilhantes, principalmente Miguel Enríquez, Luciano Cruz e Bautista Van Schowen. Com Luciano como presidente, a Federação de Estudantes dera início, de maneira espetacular, à reforma universitária, que agitava ainda o país quando da minha chegada, a que se seguiu o catapultamento do MIR ao plano nacional, em 1969, pela adoção – após a ruptura com os trotskistas – de uma atividade política de luta armada (...).

Num ambiente dessa natureza, é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi a atividade política. Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias em minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias de Tomé, Lota, Coronel. (Marini, 2005, p. 85).

Durante o período, Marini se viu obrigado a publicar bem pouco, um prefácio a um livro de Miguel Arraes e um artigo sobre os movimentos estudantis na América Latina. Para ele, o ambiente de Concepción era “exaltado e sufocante”, além de provinciano. Com a eleição de Allende, aceitou convite do Cesó. Mudou-se para Santiago no final de 1970, onde, “sem me subtrair à maré alta de politização que caracterizava então o Chile, vivi ali uma das fases mais produtivas da minha carreira intelectual” (Marini, 2005, p. 87). Passou a dirigir o seminário da instituição (Cesó), além de exercer alguns cargos administrativos (coordenador docente e membro da comissão e pesquisas, do conselho editorial e do conselho diretor do Cesó e membro da comissão docente e de pesquisas da faculdade). De seu seminário, cujo objetivo era aplicar *O capital* à realidade latino-americana, se iniciou a gênese da redação da *Dialética da dependência*, utilizando a princípio como materiais de base o que na instituição ficou conhecido como seu “livro vermelho”, reunião de matérias recolhidas desde 1966, como esquemas de aula, anotações de leitura, “reflexões à margem e informação histórica e estatística sobre a América Latina em geral e país por país, com ênfase na integração do mercado mundial e no desenvolvimento capitalista daí resultante” (Marini, 2005, p. 89). Como parece regra para o autor, *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora* (seu título em espanhol), teve edições autorizadas em Portugal e no México (a única que inclui o posfácio com a resposta às críticas recebidas pelo trabalho, especialmente a escrita por Fernando Henrique Cardoso, a primeira entre todas), e um “reading” publicado na Alemanha com posterior tradução para o holandês.

Mesmo em Portugal as edições piratas se multiplicaram, como na França, Argentina e Espanha. Como pode ser visto até agora no acompanhamento de seu memorial, Ruy Mauro Marini, ao mesmo tempo que ocupou no exílio cargos importantes e teve inúmeras publicações oficiais, jamais conseguiu sair do círculo do rumor, da *bemba* cubana, que parece ser o modo de ser de toda a conjuntura revolucionária. No Brasil, contudo, com a implantação do “pensamento único” por parte do CEBRAP, as implicações teóricas e culturais parecem ter sido mais amplas. Existia um projeto subjacente ao Centro a que pertencia, mais tarde consagrado em sua frase “esqueçam a Era Vargas” e levado a cabo com sucesso durante seus governos. Como diz o outrora príncipe dos sociólogos em sua “crítica” a Marini, ele se posicionava contra a orientação intelectual do ISEB “e nisso não fazia mais do que acompanhar a tendência acadêmica predominante nas seções de ciências humanas e filosofia da Universidade de São Paulo, e especialmente o ‘círculo do seminário de Marx’ então em funcionamento” (Cardoso, 1971, p. 36). No artigo chama a atenção para as “gritantes inconsistências” da teoria e prática política do ISEB e os “zigzagues e inconsistências” do antigo Partido Comunista, ambos caudatários do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro. Por seus opositores jamais criticarem a CEPAL, ainda que leiam seus trabalhos de maneira bem pessoal, compreende-se o distanciamento tático do grupo de Brasília em relação a esse Centro e ao pensamento de Celso Furtado. Marini nunca refuta, mas aprofunda em inúmeros pontos as teses do autor de *Formação econômica do Brasil*.

A tese dependentista dos exilados talvez possa ser resumida de maneira bem simples: o aumento da produtividade industrial dos países avançados e a consequente baixa do valor dos produtos vendidos por eles induz a diminuição do valor das matérias-primas exportadas pelos países subdesenvolvidos; como consequência, o Terceiro Mundo acaba por investir na superexploração do trabalho e na marginalização de amplas parcelas da população para servirem de exército industrial de reserva. Isso é válido tanto para o campo como para a cidade. Vale para a indústria não agrícola o desenvolvimento da noção de Furtado, segundo o qual a Ditadura Militar optou pela produção de bens de consumo em lugar dos bens de capital. Fora isso, com Marini, a atuação do capital nacional através do sistema bancário e do investimento empresarial é relegada a segundo plano em favor dos investimentos estrangeiros. O “consumo suntuário” (termo furtadiano) ou “consumo supérfluo” (como prefere usar Marini) do milagre econômico é expresso assim:

O capitalismo brasileiro é um monstro, mas um monstro lógico: se o consumo popular não serve para a realização dos bens que os setores mais dinâmicos da indústria produzem, pior para o consumo popular; o capital seguirá sua acumulação prescindindo dele. O resultado disso é que a especialização funcional da economia brasileira é tão coerente que se converte em absurda: de um lado, a massa produtora de mais-valia, que praticamente não tem acesso ao consumo; de outro, os grupos e estratos que acumulam e/ou consomem mais-valia. O divórcio entre as classes não poderia ser mais radical, e revela com meridiana clareza a base de classe da ditadura militar. (Marini, 2012, p. 262).

O capital distribuído desta maneira, pelo mero fato de contar com alta produtividade agrícola e a produção de bens relativamente sofisticados nas cidades (fora os investimentos nas armas, outra face do subimperialismo), para Fernando Henrique condiz com o desenvolvimento capitalista que, talvez, um dia chegue: “a composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição de mão de obra, as relações de classe estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção” (Cardoso, 1971, p. 58). Apesar da tese parecer absurda (palavras dele), economias como as do México e do Brasil estão se desenvolvendo “capitalisticamente” (palavra dele, na mesma página citada). Desenvolvimento e dependência não são contraditórios! É a elegia do “desenvolvimento-associado”, algo que ele soube fazer muito bem quando foi para o executivo federal,

mas sem o “tripé virtuoso” que enxergava nos tempos da ditadura, isto é, multinacionais, estatais e empresas nacionais. Como pergunta Cardoso: “Como é possível sustentar a ideia de dependência no contexto de uma situação na qual existe a criação de vários focos periféricos de industrialização?” (Cardoso, 1971, p. 62). Ele ignora, como também Serra, que esses focos que dão aparência moderna à sociedade na medida em que a *acumulação de capital prescindindo do consumo de massas* dão lugar ao “monstro lógico” apontado acima por Marini. Isso não é tão distante da economia que passamos a viver após a crise internacional de 2008 e o domínio quase completo do sistema financeiro e das empresas de *software*... Sem a União Soviética como contraponto para a economia transatlântica, isto é, com os mercados livremente abertos e a pulverização das estatais e das empresas locais, o desenvolvimento-associado galgou alguns graus a mais de perversidade. Hoje, com a continuidade da agenda (que já era de capital associado durante a ditadura, à diferença dos governos JK e Vargas), fica ainda mais perverso porque existe fuga das multinacionais, que exportavam lucros, mas ao menos geravam algum emprego. Com a economia dirigida somente pelas bolsas de valores e pelas diretrizes do Vale do Silício, multiplicam-se bicicletas, motos e carros de passeio, num grau jamais visto de informalidade, desemprego, fome e miséria.

O problema da superexploração da força de trabalho é o tema central da *Dialética da dependência*: o subimperialismo foi conceito desenvolvido paulatinamente e consta como novo capítulo do único livro publicado por Ruy Mauro no período, *Subdesarrollo y revolución*, e que guarda interessantes correspondências com materiais que ele vinha produzindo na época, como o caso dos estudos inicialmente compostos com a noção de “fascismo militar”. Para ele, caracterizar a contrarrevolução chilena e latino-americana, de um modo geral, como fascista “mistificava a natureza real do processo e visava a justificar a formação de frentes amplas, em que a burguesia tendia a assumir o papel hegemônico” (Marini, 2005, p. 96). Após sofrer sucessivas derrotas na Europa e na América Latina, à exceção da América Central, a frente ampla dirigida pela burguesia se mostrou fracassada, porém creio que não foi por essa constatação histórica ou por desconfiança no período que o autor não endossou a tese. Como dito, isso também está nos desdobramentos das noções de superexploração e subimperialismo. Para desenvolver a agitação política de massas era necessário a compreensão da condição trabalhadora e de seu entorno, os marginalizados, excluídos ou “exército de reserva”. Para a visão conformista de FHC, gordamente financiada, ele e seus amigos do CEBRAP, pela Fundação Ford, existia um sistema de pesos e contrapesos que justificaria dilemas próprios a uma sociedade ainda periférica que espera um momento em que alguém, não se sabe vindo de onde, possa solucionar suas contradições: “desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexitem processos políticos que lhes dêem (sic) fim” (Cardoso, 1971, p. 63). Em algum estágio do processo as contradições cessariam, mas elas são necessárias para a modernização na periferia. Para José Serra e Cardoso, por exemplo, em outro ensaio que atacam (sem direito de resposta novamente) Ruy Mauro Marini, há modernização da economia e os trabalhadores sofrem com relativo achatamento salarial por problemas intrínsecos ao balanço de pagamento do governo militar e à impossibilidade de fazer greves (Cardoso; Serra, 1979). Mas esse mesmo achatamento salarial, com emprego industrial, era algo relativamente equilibrado para uma economia periférica com aspirações modernizantes. Marini rejeita a tese do “fascismo militar” porque vê a militarização no Cone Sul como algo mais amplo, além do problema da repressão aos movimentos operários.

A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos 1930. Assim como se deu com o nazismo, a guerra deve ser o resultado final, e não é casual, que Castelo Branco pretendesse invadir o Uruguai, intervir na guerra colonialista de Portugal sobre

a África, e inclusive mandar tropas para o Vietnã; ou então que Costa e Silva quisesse invadir a Bolívia; e que o atual presidente, o general Garrastazu Médici, além de seguir ameaçando o Uruguai, conspire contra o “Palácio Vermelho”, particularmente o Chile, e siga intervindo constantemente nos assuntos bolivianos, alentando também o expansionismo brasileiro em direção a África, em estreita aliança com Portugal. (Marini, 2012, p. 265).

Ainda que aludindo ao primeiro presidente militar, essa lógica foi permanente do início ao fim do Regime. O impulso para a implantação de ditaduras nos países vizinhos, a intimidação e a manutenção desse estado de coisas posteriormente através da Operação Condor é coetânea da abertura relativa com Geisel, que, aliás, precisava de mercados externos para a produção nacional, mas continuou a colaborar o quanto pode com a CIA, ou seja, com a operação nazista no Cone Sul. Os estudos de Marini apontados até aqui revelam uma espécie de itinerário ou formação política e intelectual, até a época que considera de sua maturidade, ou seja, após sua estadia no Chile. Com o golpe de 11/09, ele passou pelo Panamá de Torrijos, segundo ele estadia necessariamente provisória, e passou a contar com a solidariedade de muitos companheiros que buscaram lugar para ele na Venezuela, Itália, França e também no México, novamente. Acabou por ir morar em Munique, através de convite de Otto Kreye, do Instituto Max Planck. Em seu memorial, ele tece ainda uma série de comentários sobre os tempos de exílio, mas o que me interessa contar até aqui foi a chegada a esse período dito de maturidade, da elaboração da teoria da dependência e das repercussões no Brasil. O movimento geohistórico que deveria ser estudado, acredito, foi a passagem da hegemonia cultural do ISEB para o CEBRAP como produto da ditadura. Como Joel Rufino dos Santos (Mattos, 2019), filiado inicialmente a Nelson Werneck Sodré, Marini contou com decisivo apoio de Guerreiro Ramos, outro quadro de destaque do Instituto. A exclusão de Joel e Ruy do debate brasileiro, e mesmo quando se faz, do deslocamento desses intelectuais do contexto da ditadura e do assalto à cultura que ela promoveu (o ISEB foi depredado por homens fardados logo na manhã do 1º de abril), ainda faz parte de um acerto de contas que precisa ser feito. Se na ditadura argentina os centros de tortura e o modo de perseguição faziam espalhar um terror difuso, como aponta Pilar Calveiro na exposição de Beatriz Sarlo, ainda que só grupos minoritários se arrissem na oposição ao regime, no Brasil houve forte investimento na garantia de segurança, seja a social e econômica através de políticas pseudo-desenvolvimentistas, e relativa liberdade intelectual, que fizeram reduzir em muito a percepção do retrocesso que o país enfrentou depois de praticamente 30 anos de ruptura com o paradigma colonial, de Vargas a JK. Não é só revisando os arquivos da repressão que se compreende a história recente de nosso país.

Referências

- BRITO, Bernardo Octavio Belinelli. *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. 2019 (449 p.). Tese – doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. São Paulo, SP.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Teoria da dependência” ou análise concretas de situações de dependência*. Estudos CEBRAP, n. 1, São Paulo, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. *As desventuras da dialética da dependência*. Cadernos CEBRAP, n. 23, São Paulo, 1979.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. *Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MATTOS, Rogério. Resenha do livro *A literatura como arquivo da ditadura*, de Eurídice Figueiredo. Revista ABRALIC, n. 38, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PRADO, Fernando Corrêa. *História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. Rio de Janeiro: Comunicação & política, v. 29, n. 2, 2011.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social – como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2018.

SODRÉ, Nelson Weneck. *A fúria de Calibã: memória do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Notas

¹ Segundo Ruy Mauro Marini, em seu memorial escrito em agosto de 1990 para a Universidade de Brasília, “o Cesó foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e estadunidense, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. Contudo, o segredo da intensa vida intelectual que o caracterizou e que se constituiu na fonte real do seu prestígio foi a permanente prática interna de diálogo e discussão, institucionalizada nos seminários da área – as áreas temáticas eram as células da instituição – e no seminário geral e continuada nas relações pessoais, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo. O momento político que vivia o país, que tornara Santiago centro mundial de atenção e de romaria de intelectuais e políticos, fez o resto, além de incentivar o desenvolvimento de outros órgãos acadêmicos, como o Centro de Estudos da Realidade Nacional (Ceren), da Universidade Católica” (Marini, 2005, p. 88). Destaco esse relato porque nós brasileiros podemos ter uma ideia, vaga ou não, do papel desempenhado pelo ISEB, pela CEPAL e o CEBRAP, mas dificilmente sobre o CESO. Além do mais, a efervescência política e intelectual chilena, tão intensa quanto abruptamente interrompida, merece ao menos o registro da memória brasileira. A partir da sua efetivação, a UFSC passou a ser um ponto de referência no debate da integração latino-americana, que avança em termos econômicos, culturais e institucionais. Tendo como pressupostos o compromisso com o pensamento próprio, o debate anti-eurocêntrico e a reflexão anticapitalista, o IELA é uma teia de relações horizontais, ligadas por um interesse comum: uma Abya Yala - A América Latina – livre, soberana e unida” (disponível em <https://iela.ufsc.br/instituto> – último acesso 3 de outubro de 2021). O IELA não pode ser desvinculado da noção de Pátria Grande defendida então por inúmeros países de fala hispânica na América e da expansão dos investimentos nas universidades públicas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, apesar das críticas acerbas que importantes integrantes do Instituto continuam a fazer desde então. A editora Expressão Popular também foi importante por trazer às livrarias importantes estudos até então bloqueados pelo circuito acadêmico-intelectual-editorial, de autores da “teoria da dependência” também. Foi através dessa editora que se publicou o romance de Bernardo Kucinski sobre o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa, que logo depois virou um “clássico cult”. Ruy Mauro Marini também circulou na internet por muito tempo de forma quase clandestina, e praticamente de boca em boca ficava-se sabendo do site que reunia seus estudos, predominantemente publicados na língua espanhola. Para muitos, foi a primeira chance de ter acesso aos estudos desse intelectual por tanto tempo exilado e censurado no Brasil. Ele ainda está ativo: <http://www.marini-escritos.unam.mx/> (último acesso 3 de outubro de 2022).

² O IELA (Instituto de Estudos Latino-Americanos), vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina, vem sendo responsável, desde a primeira década do século XXI, pela publicação não de todos, mas de parte significativa dos trabalhos de todos esses intelectuais e de outros trabalhos a eles vinculados. Além da publicação, um trabalho de divulgação e discussão sobre esses teóricos tem sido feito, de acordo com as diretrizes do Instituto, como consta em sua página na internet. “O IELA nasceu em 2006, fruto de um processo que começou em 2004 com um único projeto: o Observatório Latino-Americano (OLA). Naqueles dias o Brasil ainda estava de costas para a América Latina, mas a partir das transformações iniciadas na Venezuela essa parte do continente começou a fazer parte do cotidiano das notícias, chegando também à Universidade. Assim, os estudos latino-americanos, que eram um campo de reflexão consolidado nas universidades europeias, estadunidenses e asiáticas, passaram a se constituir também na UFSC como um esforço inédito na universidade brasileira, até então indiferente com relação a essas temáticas. A criação do Instituto veio assim superar uma debilidade institucional e intelectual que caracterizava a universidade.

³ “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas (...) A ‘nova esquerda’ caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a ideia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta antiimperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos anos 1960 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, ao mesmo tempo, derrotar a ideologia cepalina – não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil (Marini, 2005, p. 66-67). Não houve “mansidão”, tampouco atenuação do discurso “radical” de décadas atrás, apenas adequação da verve crítica à nova conjuntura do país. Continuaram anticepalinos, ferrenhos opositores dos *think tanks* nacionais, do neoliberalismo, e encarnaram com força as propostas de Brizola e do PDT na época da redemocratização.

⁴ Presos políticos liberados pela ditadura depois do sequestro do embaixador estadunidense, como Vladimir Palmeira, José Dirceu, Ricardo Villas e Teca.

⁵ Como fiz acima, em nota, a respeito do Cesu, destaco também a percepção de quem participou desse momento único de quando a UnB foi criada: “Em abril de 1962, criou-se a Universidade de Brasília (Unb), sob a condução entusiasta de Darcy Ribeiro, cercado por figuras notáveis como Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Cláudio Santoro, e uma plêiade de jovens intelectuais recém-formados, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Theodoro Lamounier, Carlos Callou, Luiz Fernando Victor, Levi Santos, José Paulo Sepúlveda Pertence. Rompendo com o imobilismo e o sestro mandarinesco da Universidade tradicional, a Unb, inovou em sua concepção jurídica, constituindo-se em fundação, o que ampliava sua independência em relação ao Estado, e adotando o regime celetista, com o que visava a evitar a burocratização do corpo docente; em sua concepção orgânica, baseada em departamentos e institutos, em vez de cátedra e faculdade próprias da universidade tradicional, em sua concepção pedagógica, que privilegiava o trabalho docente em equipe, com uma carga horária menor ou maior para aulas de acordo com a relação ensino-pesquisa, o impulso aos cursos livres, debates e seminários e a abertura de cursos de pós-graduação; em sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a se abrir ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical” (Marini, 2005, p. 64-65).

Submetido em: 05/02/2023
Aceito em: 10/08/2023